



PROJETO DE LEI Nº 006/2000

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA 2001/2004

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 36 e artigo 197 do Regimento Interno, combinado com inciso X, do art. 29, da Constituição Federal APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

- Art. 1º O subsídio mensal dos vereadores, desde que efetivamente em exercício, para viger na legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2.001, é fixado no percentual de 30% (trinta por cento) do valor do subsídio do Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- Art. 2º Ao Presidente da Câmara será pago um subsídio mensal, a partir do início da legislatura prevista no *caput* do art. 1º, desde que efetivamente em exercício, no percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do subsídio do Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- Art. 3° O vereador que não comparecer a cada uma das reuniões ordinárias sofrerá um desconto no seu subsídio, à razão de 1/10 (um décimo) por falta.
- § 1º Não prejudicarão o subsídio a ausência de matéria a ser votada, a não realização de reunião por falta de "quorum", relativamente aos vereadores presentes, e o recesso parlarmentar.
- § 2º Não prejudicarão o subsídio as ausências decorrentes de moléstia devidamente comprovada e quando motivadas por viagem do vereador para participar de qualquer evento ligado à vereança.
- Art. 4º O subsídio de que trata esta Lei será atualizado na mesma época e proporção em que for reajustado o subsídio dos Deputados Estaduais à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.





- Art. 5° Para os efeitos desta Lei entende-se como receita municipal o somatório de todos os ingressos financeiros nos cofres do Município, exceto:
- l a receita de contribuições de servidores destinadas a constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência e assistência social, mantidos pelo Município e destinados a seus servidores;
- Il transferências oriundas da União ou do Estado, decorrentes de convênio ou não, para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de governo;
- receita de alienação de bens movéis ou imóveis;
- IV operações de crédito.
- Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil.

Vereador JOÃO VICENTE MONTEIRO DE OLIVEIRA Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Congonhas

Vereador DEMOSTENES DE SOUZA COSTA

Voce-Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas

Vereador JOSÉ LÚCIO DE CASTRO Secretário da Mesa Diretora Câmara Municipal de Cognonhas

Vereador LUIZ GUALBERTO LÔBO

2º Secretário da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Congonhas





JUSTIFICATIVA

Nobres Pares.

A proposta de Lei se coaduna com as modificações insertas no Texto Constitucional vigente, bem como estabelece as condições básicas para elaboração do orçamento da Câmara, para o ano vindouro.

Desta forma, a deliberação da matéria se impõe como necessária a organização regular do legislativo.

Contando com o apoio de todos, agradecemos.

Vereador JOÃO VICENTE MONTEIRO DE OLIVEIRA

Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas

Vereador DEMÓSTENES DE SOUZA COSTA

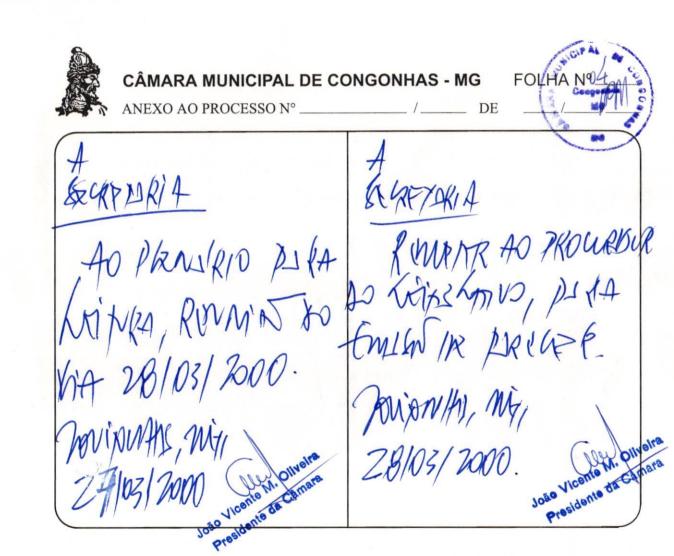
Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas

Vereador JOSÉ LÚCIO DE CASTRO

Secretário da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas

Vereador LUIZ GUALBERTO LÔBO 2º Secretário da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Cognonhas







Congonhas, aos 03 de abril de 2.000.

Exmo. Sr.

João Vicente Monteiro de Oliveira

DD. Presidente da Câmara Municipal

Ref.: Projeto de Lei 006/2000 – Fixa subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura de 2001/2004.

PARECER

A remuneração dos Vereadores para a próxima legislatura está regulada pelo projeto de lei ora em análise, cuja iniciativa foi da Mesa Diretora da Casa, que é competente para tal.

O projeto vem respeitando a Emenda Constitucional no. 25 que versa sobre a matéria e a LOM.

O projeto não apresenta nenhum aspecto de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Este é o nosso parecer, smj

ADRIANO MÉLILLO Procurador do Legislativo



ANEXO AO PROCESSO N° ______/____/

17

Frea designado o Vereador Demóstinos Presidente de Camera João Vicente





Congonhas, MG, 26 de abril de 2.000.

Ao
Exmº Sr
Vereador JOSÉ HÉLIO DE MIRANDA
Presidente da Comissão Temática Permanente
Legislação, Justiça e Redação Final

REF.:

PROJETO DE LEI Nº 006/2000

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A

LEGISLATURA 2001/2004

PARECER

O Projeto de Lei nº 006/2000, é de autoria da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, estando em consonância com a legislação pertinente, mormente quanto a sua iniciativa.

A proposição trata de ajustar o valor destinado a subsidiar em pecúnia os trabalhos da edilidade, aos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 25.

A proposta está devidamente motivadfa e tramita de acordo com as regras regimentais.

A matéria é legal e constitucional.

Sou pela APROVAÇÃO.

Este é o meu RELATÓRIO.

Vereador DEMÓSTENES DE SOUZA COSTA

RELATOR

Rua Padre Antônio Corrêa, 163 - Tel: (031) 731-1840 - Fax: (031) 731-1333 - CEP: 36404-000 - Congonhas - MG



ANEXO AO PROCESSO N° ______ / ____ /

DE

FOLHA Nº

Runcher of Lamison to tribute to some the regulary portal to the source of the source





REQUERIMENTO Nº 172/2.000

Exmº Sr.

JOÃO VICENTE MONTEIRO OLIVEIRA

DD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CONGONHAS - MG

Os Vereadores que o presente subscrevem, membros da Mesa Diretora, ouvido o Plenário, REQUEREM a V.Exª que determine a DISPENSA DAS EMISSÕES DE PARECERES ao PROJETOS DE LEI Nº 006/2000, nos termos do parágrafo 3º, do art. 150, do Regimento Interno, e a INCLUSÃO de ambos em PAUTA nesta mesma REUNIÃO, para 1º e 2º TURNOS DE DISCUSSÕES E VOTAÇÕES.

Câmara Municipal, 19 de junho de 2.000.

Vereadores



ANEXO AO PROCESSO Nº

DE

EU PARS, PERN'S EXTODED M'PIA XIA

3010612000-

27/06/2000 · Jose Vidente de desnara 10/08/2000;

SECRETAILY

fice sestpano o URELIER DON LONGUEGO GONGTIVIT, RELIER



Congonhas, MG, 10 de agosto de 2,00

Ao Exmº Sr Vereador LUIZ GUALBERTO LÔBO Presidente da Comissão Temática Permanente Tributação, Finanças e Orçamento

REF.:

PROJETO DE LEI Nº 006/2000

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A

LEGISLATURA 2001/2004

PARECER

O Projeto de Lei SUPRA, enquadrada-se nos limites das normas inscritas na Emenda Constitucional nº 25.

Oportuno ressaltar, que os percentuais fixados para subsidiar em pecúnia os trabalhos da edilidade, estão sujeitos a apuração da receita do município, na forma prescrita na Lei Complementar nº 101.

Ademais, os valores fixados na proposta correspondem ao teto permitido, concluindo-se que será a peça orçamentária e o acompanhamento de sua execução, que determinará qual o valor nominal do subsídio, Isso, obviamente, acrescido dos demais parâmetros da lei.

A proposta está devidamente motivada

O trâmite está de acordo com as regras regimentais.

A matéria é legal e constitucional.

Sou pela APROVAÇÃO.

Este é o meu RELATÓRIO.



ANEXO AO PROCESSO N° ____ PARA 1º TIRMO SE SISCUSSOS R LOXAGAS, REMANS 814 29/09/2000. COUGONHE, MG, 22/08/2000. João Vicente M. Oliveira



CAMARA MUNICIPAL DE CONGONIAS - VR. CIDADI DOS PROFETAS

REQUERIMENTO CMC/210/2000



Exmº Sr JOÃO VICENTE MONTEIRO DE OLIVEIRA DD Presidente da Câmara Municipal CONGONHAS MG

Os l'ereadores que o presente subscrevem, em conformidade nom o texis regimental vigente, REQUEREM a V.Exª que determine a RETIRADA DE TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS: DE LEI Nº 006/2000 E DE RESOLUÇÃO 002/2000 E 003/2000, todos de autoria da MESA DIR ETORA, face a divergência com legislação hierarquicamente supener

Cân ara Municipal de Congonhas, aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil

Dunt.

property of